

O terço que falta

Congresso Nacional

08 JUL 1991

Eduardo Brito

Os cálculos de governistas e oposicionistas coincidem num ponto: o Planalto não conta hoje com maioria no Congresso, nem terá condições de alcançá-la a curto ou médio prazo. Para tanto seria necessária forte guinada na postura do Governo frente aos parlamentares, uma guinada que descaracterizaria a face conhecida da atual administração.

A substituição da ministra Zélia Cardoso de Mello, cujo contato com o Congresso era desajeitado, para dizer o mínimo, pelo embaixador Marcílio Marques Moreira ajudou um pouco. Os parlamentares apreciam a urbanidade com que são agora tratados. Daí a vê-los satisfeitos e dispostos a votar com o Governo vai porém uma grande distância.

A verdade é que, de cada dez parlamentares que potencialmente votariam com o Planalto, ao menos oito se declaram frustrados pelo tratamento conferido às suas reivindicações. Os líderes governistas conhecem bem a situação: a seus ouvidos é que as queixas chegam em primeiro lugar. Pouco podem fazer. Aliás, alguns deles também se dizem desatendidos.

As reivindicações de parlamentares costumam ser encaradas como simples fisiologia. Não há dúvidas de que muitas delas se resumem ao atendimento de interesses fisiológicos. Esse, porém, é um conceito de fronteiras bastante fluidas. Os parlamentares são porta-vozes de reivindicações estaduais, regionais e locais, precisando atendê-las de alguma forma. São e serão cobrados por isso.

Semelhante cobrança torna-se cada vez mais feroz e não pode ser minimizada. No ano passado os parlamentares que se dedicavam a questões paroquiais conseguiram reeleger-se em proporção maior que os de-

mais. Não há o que se estranhar, portanto, no empenho dos parlamentares nessa área.

É aí que começa a entrar areia no relacionamento entre as bancadas e o Planalto. Se o presidente da República estivesse realizando uma política extremamente popular — e assumidamente não é o caso —, a questão passaria a um plano inferior. O mesmo aconteceria se essa política estivesse produzindo resultados bastante positivos. Como os deputados e senadores sabem que enfrentarão uma cobrança mais adiante, precisam mostrar a que vieram.

O contingenciamento do orçamento constitui o primeiro obstáculo a se vencer. Reclamam os parlamentares que, em vez de executar o orçamento aprovado em 1990 pelo Congresso — cenário de muitas das dotações nele incluídas —, o Governo prefere partir para outras ações, financiando-as mediante suplementações.

À queixa, partida da maioria dos parlamentares, somam-se outras, estas vindas dos próprios governistas. Eles mostram, citando casos, que frequentemente a Oposição vem merecendo tratamento melhor que os fiéis do Governo. Isso ocorre em função de interesses específicos dos ministros de Estado e não traz contrapartida na hora do voto em plenário.

O resultado é que, como admite o próprio líder do Governo no Senado, o Palácio do Planalto não conta com muito mais do que um terço dos parlamentares. É verdade que a Oposição também não tem, seguros, mais votos do que isso. O terço restante, indefinido, aceita formar com o Governo, mas não se sente constrangido ao comemorar abertamente no plenário as derrotas de propostas por ele encaminhadas. É um quadro difícil, que não pode ser resolvido com tentativas de intimidação. Só a negociação, feita em novas bases, pode aliviar esse quadro.